



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

23/11/2015 ATÉ 23/11/2015



INDÍCE

1	AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
	1.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	1
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 BLOG ATUAL 7.....	2
	2.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	3
	2.3 SITE CNJ.....	4
	2.4 SITE JUSBRASIL.....	5
3	CASO DÉCIO SÁ	
	3.1 SITE O PROGRESSO.....	6
4	CORREGEDOR (A)	
	4.1 BLOG RONALDO ROCHA.....	7
5	ESMAM	
	5.1 SITE CNJ.....	8
	5.2 SITE JUSBRASIL.....	9
6	JUÍZES	
	6.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	10
7	OUVIDORIA	
	7.1 BLOG ATUAL 7.....	11
	7.2 BLOG GENIVALDO ABREU.....	12
	7.3 BLOG MARCO DEÇA.....	13
8	SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	
	8.1 BLOG CÉLIA FONTENELE.....	14
	8.2 BLOG RANDYSON LAÉRCIO.....	15
	8.3 G1 MARANHÃO.....	16
	8.4 IMIRANTE.COM.....	17
	8.5 SINDJUS.....	18
	8.6 SITE AGORA SANTA INÊS.....	19

Queixas crime de ex-secretárias de Gleide Santos contra vereador Canela, são rejeitadas pela justiça

21/11/2015 às 20:03 em Política

Ivanete Carvalho e Elaine Beatriz (ex-secretárias de educação) ladeadas de Gleide Santos (prefeita cassada)

Açailândia - Em duas audiências de Instrução e Julgamento realizadas no Juizado Especial Cível e Criminal de Açailândia, na tarde da última quarta-feira (18), a juíza togada, Dr^a. Manuella Viana dos Santos Faria Ribeiro, rejeitou 'queixas crimes' formuladas pelas ex-secretárias de educação na gestão da prefeita cassada Gleide Santos (PMDB), Ivanete Carvalho da Silva e Elaine Beatriz Rocha Queiroz Gomes.

As audiências, agendadas após tentativa inicial de conciliação, conforme o rito adotado através da Lei 9.099/95, foram impetradas pelas ex-secretárias em desfavor do vereador Canela (PSB), sob acusação de atos ilícitos praticados concernentes a "ofensa de ordem pessoal", durante discursos do parlamentar na tribuna da Câmara, relatando ações danosas ao município, praticadas pelas ex-gestoras.

thumb_proposional

Vereador Canela durante discurso na tribuna da Câmara sobre denúncias das ex-secretárias de Educação

Em seus argumentos, as autoras alegaram que embora os discursos tenham sido proferidos durante as Explicações Pessoais da Casa Legislativa, momento regimental para exposição de fatos e pensamentos dos edis, não se aplicava na questão a previsão de imunidade parlamentar. Afirmaram ainda que os pronunciamentos ofenderam a honra das querelantes, ou seja, as autoras das ações.

A defesa do acusado, vereador Canela, sob procuração do advogado José Fronival, combateu em sua defesa preliminar as acusações, destacando três questões: a imunidade parlamentar do passivo (acusado), ausência de requisitos formais da procuração e ausência de pedido de gratuidade de justiça.

Ouvidas as partes, manifestou-se o Ministério Público, representado pela promotora de justiça, Dr^a. Camila Gaspar Leite. Em sua análise, considerou a defesa pertinente e a "inexistência de justa causa para a deflagração da persecutio criminis", que trata da persecução criminal praticando pelo Estado a partir do momento que alguém desenvolve conduta não querida por este.

Encerradas as considerações, em seu julgamento, rejeitou a queixas crimes formuladas pelas ex-secretárias Ivanete Carvalho da Silva e Elaine Beatriz Rocha Queiroz Gomes, declarando extinta e punibilidade do réu.

Ao final da audiência, a ex-secretaria Elaine Beatriz, em claro desrespeito ao Judiciário, chegou cogitar a possibilidade de não assinar a ata da audiência. No entanto, acabou assinando por orientação do seu advogado.

TJ-MA agenda mais de 13 mil audiências mesmo com servidores em greve

Paralisação pode comprometer em mais de 50% a Semana Nacional de Conciliação, que começa nesta segunda-feira 23

Servidores do Judiciário Estadual, em greve geral chegando ao 39º dia, realizam segunda-feira 23 ato de protesto na cerimônia de abertura da 10ª Semana Nacional de Conciliação, evento promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão em parceria com o Conselho Nacional da Justiça (CNJ), que será realizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, o Fórum de São Luís, no Calhau, na capital.

A categoria reivindica a recomposição das perdas inflacionárias de 6,3% e aproveitará o evento que será realizado em simultâneo em todo o país para exigir uma audiência de conciliação para por fim ao impasse. A mobilização está marcada para começar a partir das 9 horas, em frente ao Fórum.

O ato é em protesto pela falta de conciliação da Presidência do TJ-MA com os servidores. Eles reclamam que, apesar do tribunal chamar a sociedade para conciliar, no entanto, a desembargadora Cleonice Freire, presidente do Judiciário maranhense, não esboça qualquer movimento no sentido de resolver a problemática que levou a categoria a cruzar os braços.

Embora os servidores estejam em greve geral e a adesão tenha sido massiva, o TJ-MA decidiu ainda assim agendar o total 13.193 audiências para serem realizadas durante a 10ª Semana Nacional de Conciliação, que vai até a próxima sexta-feira 27, espalhadas pelas varas e juizados de São Luís e do interior do estado, número superior ao agendado no ano passado, quando foram programadas 10.726 audiências. A paralisação da categoria, além de tornar lento, pode comprometer o andamento de mais da metade dos processos.

Ouvidores discutem serviços prestados à sociedade em última audiência pública do ano

As audiências públicas são realizadas pela Ouvidoria do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão realizou, na quinta-feira 19, a última audiência pública do ano, para ouvir a opinião de autoridades e da população sobre o trabalho da Justiça nas comarcas da Região Metropolitana de São Luís e municípios do interior do estado. O deputado César Pires (DEM), ouvidor-geral da Assembleia Legislativa, participou da audiência e destacou o papel das Ouvidorias para o pleno funcionamento das instituições.

As audiências públicas são realizadas pela Ouvidoria do Poder Judiciário, criadas para ser um canal aberto de diálogo permanente com a sociedade. Só este ano, a ouvidoria do TJ-MA já realizou mais de 4.700 atendimentos.

"Nessas seis audiências que nós já realizamos até aqui, a participação tem sido bastante produtiva e intensa. As pessoas não têm nenhuma inibição, falam mesmo das expectativas que têm, apresentam sugestões de administração, crítica à condução dos processos, crítica ao comportamento de alguns servidores. Tudo aquilo que é muito próprio da democracia", assinalou Paulo Velten Pereira, ouvidor-geral do TJ-MA.

O deputado estadual César Pires, também ouvidor-geral da Assembleia, participou da audiência. Para ele, o sistema de ouvidoria aproxima a população do poder público e permite que os trabalhos sejam transmitidos com transparência. Ele destacou ainda que essa é uma ferramenta muito importante para a modificação de comportamentos e potencialização das ações.

"Não é só um trabalho feito para olhar com os olhos da situação dos outros, mas também que a gente passe a olhar a nossa situação. Que nos tornemos mais capazes de modificar nossos comportamentos, potencializar nossos lados positivos e corrigir nossas deficiências também, dentro desse segmento", frisou o parlamentar.

De acordo com o ouvidor-geral do TJ-MA, todas as sugestões e críticas são registradas e avaliadas e, ao final de cada audiência, é publicado um relatório. "Esse relatório é encaminhado para a administração do Tribunal, e a administração do Tribunal fica a par em detalhes do acontece, da reclamação do jurisdicionado. A ouvidoria acaba sendo um canal de acesso entre o jurisdicionado e a administração do Tribunal", completou Paulo Velten Pereira.

13 mil audiências marcam 10ª Semana da Conciliação no Maranhão

Serão 13 mil audiências em todo o Maranhão (Foto: Divulgação / TJ-MA)

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu nesta segunda-feira (23) os trabalhos da 10ª Semana Nacional da Conciliação. No Maranhão, serão 13 mil audiências em São Luís (MA) e demais comarcas em todo o Estado.

Os tribunais participam em regime especial para realizar o máximo possível de audiências de conciliação processuais e pré-processuais nas varas judiciais e nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). No Maranhão, atualmente existem 10 Cejuscs.

saiba mais

As audiências de conciliação podem ser agendadas por meio de preenchimento de formulário eletrônico na página eletrônica do TJ-MA na internet ou pelo Telejudiciário, 0800-707-1581.

Criada em 2006, a Semana Nacional da Conciliação foi criada para mobilizar tribunais e chamar a atenção da sociedade para as vantagens da chamada 'desjudicialização', já que cerca de 70 milhões de processos encontram-se em tramitação no Brasil. Desde 2006, foram mais de 2,5 milhões de audiências e 1,2 milhões de acordos que somaram R\$ 7,5 bilhões em todo o país.

Deputado César Pires participa de audiência pública promovida pelo TJ-MA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) realizou nesta quinta-feira (19), a última audiência pública do ano, para ouvir a opinião de autoridades e da população sobre o trabalho da Justiça nas comarcas da Região Metropolitana de São Luís e municípios do interior do estado. O deputado César Pires (DEM), ouvidor-geral da Assembleia Legislativa, participou da audiência e destacou o papel das Ouvidorias para o pleno funcionamento das instituições. As audiências públicas são realizadas pela Ouvidoria do Poder Judiciário, criadas para ser um canal aberto de diálogo permanente com a sociedade. Só este ano, a ouvidoria do TJMA já realizou mais de 4.700 atendimentos. "Nessas seis audiências que nós já realizamos até aqui, a participação tem sido bastante produtiva e intensa. As pessoas não têm nenhuma inibição, falam mesmo das expectativas que têm, apresentam sugestões de administração, crítica à condução dos processos, crítica ao comportamento de alguns servidores. Tudo aquilo que é muito próprio da democracia", assinalou Paulo Velten Pereira, ouvidor-geral do TJMA. O deputado estadual César Pires, também ouvidor-geral da Assembleia, participou da audiência. Para ele, o sistema de ouvidoria aproxima a população do poder público e permite que os trabalhos sejam transmitidos com transparência. Ele destacou ainda que essa é uma ferramenta muito importante para a modificação de comportamentos e potencialização das ações. "Não é só um trabalho feito para olhar com os olhos da situação dos outros, mas também que a gente passe a olhar a nossa situação. Que nos tornemos mais capazes de modificar nossos comportamentos, potencializar nossos lados positivos e corrigir nossas deficiências também, dentro desse segmento", frisou o parlamentar. De acordo com o ouvidor-geral do TJMA, todas as sugestões e críticas são registradas e avaliadas e, ao final de cada audiência, é publicado um relatório. "Esse relatório é encaminhado para a administração do Tribunal, e a administração do Tribunal fica a par em detalhes do que acontece, da reclamação do jurisdicionado. A ouvidoria acaba sendo um canal de acesso entre o jurisdicionado e a administração do Tribunal", completou Paulo Velten Pereira.

AMMA ingressará com representação criminal contra Furtado

O Estado - A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) ingressará amanhã, junto ao Ministério Público Estadual (MP), com representação criminal contra o deputado estadual Fernando Furtado (PCdoB).

A decisão por ingressar com a representação em desfavor do comunista, foi tomada pela entidade logo após ter sido consolidada a interpelação judicial determinada pelo Tribunal de Justiça.

Na interpelação, a Amma havia solicitado a Furtado, que declinasse, em juízo, de forma exata e concreta, os nomes dos membros da Justiça Estadual envolvidos no suposto esquema de corrupção denunciado por ele no mês de julho, durante uma audiência pública realizada no município de São João do Carú.

Naquela oportunidade, Furtado acusou membros da Corte do TJ de receberem até R\$ 200 mil em negociações com deputados estaduais. Os acordos, segundo sugeriu o parlamentar, teriam por objetivo a venda de sentenças para o retorno ao mandato, de prefeitos afastados ou cassados pela Justiça. Ele disse ter flagrado uma "negociata" entre um genro de desembargador e um deputado num posto de combustíveis, em São Luís.

Boca pequena - Na interpelação, contudo, Furtado sustentou a alegação de imunidade parlamentar e a "verdade sabida", quando um tema é de conhecimento público, já foi tratado por veículo de imprensa ou "falado a boca pequena nos meios forenses", para negar-se a declinar os nomes dos supostos envolvidos no esquema de corrupção.

Para a Amma, contudo, a denúncia do parlamentar acaba colocando sob suspeita todos os membros da Corte Estadual, por isso a necessidade de esclarecimentos dos fatos, para que depois a própria magistratura puna os possíveis culpados.

Esse é um dos argumentos que serão fundamentos pela entidade na representação criminal.

"Na resposta à interpelação, o deputado se furtou, sustentando a imunidade parlamentar, de declinar os nomes. Ele na verdade não disse o que teria de dizer, e o que a Amma quer é tão somente preservar a imagem dos magistrados. O que a Amma não quer é que todos os membros da Corte Estadual sejam colocados na vala comum. Esse tipo de postura desprestigia o judiciário como Poder junto à opinião pública. Se há os maus magistrados, que sejam identificados e punidos. E se ele sabe quem é, já que disse ter presenciado negociata, que diga quem é", afirmou o advogado José Cavalcante de Alencar Júnior, que atua na defesa da entidade.

Cavalcante contestou a argumentação utilizada por Furtado na interpelação.

"O parlamentar alega que um desembargador concedeu certa vez, entrevista a jornal local e denunciou ato de corrupção na Justiça do estado [trata-se de Antônio Bayma Araújo]. Mas, o próprio tribunal já deu a aposentadoria compulsória, que é a pena máxima no judiciário, ao magistrado que teve a sua conduta questionada. Então, quando se tem provas contra um determinado magistrado desonesto, o próprio TJ atua. Tanto que nos últimos anos, se não me engano, vários juízes foram aposentados compulsoriamente no Maranhão, e muitos destes casos não pelo CNJ [Conselho Nacional de Justiça], mas pelo próprio tribunal", finalizou.

César Pires participa de audiência pública promovida pelo TJ

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) realizou na última quinta-feira (19), a última audiência pública do ano, para ouvir a opinião de autoridades e da população sobre o trabalho da Justiça nas comarcas da Região Metropolitana de São Luís e municípios do interior do estado. O deputado César Pires (DEM), ouvidor-geral da Assembleia Legislativa, participou da audiência e destacou o papel das Ouvidorias para o pleno funcionamento das instituições.

As audiências públicas são realizadas pela Ouvidoria do Poder Judiciário, criadas para ser um canal aberto de diálogo permanente com a sociedade. Só este ano, a ouvidoria do TJ já realizou mais de 4.700 atendimentos.

"Nessas seis audiências que nós já realizamos até aqui, a participação tem sido bastante produtiva e intensa. As pessoas não têm nenhuma inibição, falam mesmo das expectativas que têm, apresentam sugestões de administração, crítica à condução dos processos, crítica ao comportamento de alguns servidores. Tudo aquilo que é muito próprio da democracia", assinalou Paulo Velten Pereira, ouvidor-geral do TJMA.

O deputado César Pires afirmou que para ele, o sistema de ouvidoria aproxima a população do poder público e permite que os trabalhos sejam transmitidos com transparência. Ele destacou ainda que essa é uma ferramenta muito importante para a modificação de comportamentos e potencialização das ações.

"Não é só um trabalho feito para olhar com os olhos da situação dos outros, mas também que a gente passe a olhar a nossa situação. Que nos tornemos mais capazes de modificar nossos comportamentos, potencializar nossos lados positivos e corrigir nossas deficiências também, dentro desse segmento", frisou.

De acordo com o ouvidor-geral do TJ, todas as sugestões e críticas são registradas e avaliadas e, ao final de cada audiência, é publicado um relatório. "Esse relatório é encaminhado para a administração do Tribunal, e a administração do Tribunal fica a par em detalhes do acontece, da reclamação do jurisdicionado. A ouvidoria acaba sendo um canal de acesso entre o jurisdicionado e a administração do Tribunal", finalizou.

César Pires e a Ouvidoria do TJ...

Pires entre os representantes de todas as entidades que participaram do evento|

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) realizou na última quinta-feira (19), a última audiência pública do ano, para ouvir a opinião de autoridades e da população sobre o trabalho da Justiça nas comarcas da Região Metropolitana de São Luís e municípios do interior do estado.

O deputado César Pires (DEM), ouvidor-geral da Assembleia Legislativa, participou da audiência e destacou o papel das Ouvidorias para o pleno funcionamento das instituições.

- Nessas seis audiências que nós já realizamos até aqui, a participação tem sido bastante produtiva e intensa. As pessoas não têm nenhuma inibição, falam mesmo das expectativas que têm, apresentam sugestões de administração, crítica à condução dos processos, crítica ao comportamento de alguns servidores. Tudo aquilo que é muito próprio da democracia - assinalou Paulo Velten Pereira, ouvidor-geral do TJMA.

As audiências públicas são realizadas pela Ouvidoria do Poder Judiciário, criadas para ser um canal aberto de diálogo permanente com a sociedade. Só este ano, a ouvidoria do TJ já realizou mais de 4.700 atendimentos.

- Não é só um trabalho feito para olhar com os olhos da situação dos outros, mas também que a gente passe a olhar a nossa situação. Que nos tornemos mais capazes de modificar nossos comportamentos, potencializar nossos lados positivos e corrigir nossas deficiências também, dentro desse segmento - frisou.

CONCILIAÇÃO É A PAUTA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO DURANTE A SEMANA

Aproximadamente 14 mil audiências estão marcadas para acontecer em todo o Estado durante a 10ª Semana Nacional de Conciliação, que teve abertura nesta segunda-feira (23) no salão de conciliação do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Em números atualizados pelo Comitê Gestor da Semana Nacional da Conciliação, 13.878 audiências estão na pauta até a sexta-feira, espalhadas em 122 unidades judiciais, entre varas e juizados de todo o Maranhão. Participaram da abertura os juízes Márcia Chaves, Alexandre Abreu, Osmar Santos (diretor do fórum) e o desembargador José Luiz Almeida. As audiências seguem até a sexta-feira, dia 27.

De acordo com a juíza Márcia Chaves, coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e integrante do Comitê Gestor, "a conciliação, em si, já é uma sistemática dos juizados do Maranhão. Na semana da conciliação, as audiências se estendem também às varas e nos Centros de Conciliação. São aproximadamente 14 mil audiências e que nos geram as melhores expectativas, de que o cidadão entenda que conciliar ainda é o melhor caminho. Independentemente da causa em questão estar judicializada ou não, a gente procura justamente atender àquilo que a Lei 9.099 trata que é a busca da conciliação".

Para o presidente do Comitê Gestor e do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Luiz Almeida, "é importante plantar na sociedade a cultura da conciliação e da autocomposição, para que os cidadãos resolvam suas próprias demandas por meio do diálogo e acordo entre as partes. Durante a Semana, os cidadãos terão essa oportunidade, mediante as parcerias que estamos firmando e apoio incondicional de todos os envolvidos.

O juiz coordenador dos Centros de Conciliação, Alexandre Abreu, ressalta o alto número de audiências pautadas e defende a ampliação dos espaços de conciliação em todo o Maranhão. "Quando nós fizemos uma análise sobre o sucesso da conciliação, nós percebemos que é fundamental a qualidade dos conciliadores, sendo eles formados e tecnicamente habilitados, que venha conquistar nas partes o ânimo de conciliar. É uma prática que vai se tornar corriqueira, afinal o novo Código de Processo Civil estabelece que todas as demandas deverão ser submetidas à conciliação", ressaltou ele.

ACORDO - Quem fez acordo no primeiro dia da Semana de Conciliação foi a auxiliar de serviços gerais Marenilde Serra Pinto. Ela tinha uma dívida que chegava a mais de R\$ 30 mil de financiamento de um automóvel junto ao Banco Itaú. Durante a conciliação, o banco reduziu o valor do débito ao propor que a devedora pague R\$ 6 mil até o próximo dia 10 de dezembro quitando, assim, toda a dívida.

"Foi uma boa proposta. Estou tendo a oportunidade de pagar o que devo", disse. Ela contou que financiou o veículo, modelo 2010, em 48 parcelas pagou 14 e deixou de pagar as seguintes porque ficou desempregada. "Com isso, o débito só crescia, ficando impossível pagar", acrescentou. O banco levou para esta edição da Semana de Conciliação, só em São Luís, proposta de acordo para cerca de 30 processos.

NÚMEROS - Desde a 1ª Semana da Conciliação que o Maranhão apresenta bons índices de acordos. Em 2006, o percentual ultrapassou 52%. Já na última edição, em 2014, as audiências que terminaram em acordo ultrapassaram a casa dos 54%. No ano passado, no Judiciário do Maranhão, foram programadas 10.726 audiências. Destas, 9.746 ocorreram, alcançando um índice de mais de 90%. "Eventualmente, como a prática da conciliação é corriqueira principalmente nos juizados, os números de acordos tendem a cair durante a semana da conciliação. O Judiciário maranhense passa o ano todo incentivando o fim do litígio, por entender ser melhor para as partes e para e para a própria Justiça, que diminui o número de processos nas unidades judiciais", destacou Márcia Chaves.

Entre as unidades do interior que mais agendaram audiências para a semana deste ano, destaque para os Juizados Especiais Cíveis de Bacabal (257), Pedreiras (198), e Timon (192), e as comarcas de Cururupu (500), Turiaçu (480), e 1ª Vara de Brejo, que agendou 344 audiências. Em São Luís, destaque para o 11º Juizado

Especial Cível (249), 2º Juizado Especial Cível (220), e 3º Juizado Especial Cível, com 193 audiências marcadas. A 15ª Vara Cível de São Luís programou 90 audiências, a 7ª Vara de Família agendou 92 e a 1ª Vara Cível de São Luís marcou 79 audiências para o período. Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) também vão promover audiências, um total de 1.211 (mil duzentos e onze).

Edilázio destaca encontro de corregedores e eleição da OAB

Deputado Edilázio Júnior|

O deputado estadual Edilázio Júnior (PV) destacou na sessão de hoje na Assembleia Legislativa, o 70º Encontro do Colégio de Corregedores de Justiça do Brasil (Encoge), que ocorreu na última quarta-feira na cidade de Barreirinhas.

O evento reuniu 24 corregedores de Justiça de todo o país. "Foi um evento bastante prestigiado, onde os corregedores se reuniram para debater sobre a nossa Justiça, sobre como dar celeridade aos processos de primeiro grau e também para trocar experiências de projetos exitosos, cada um em seus estados, como, por exemplo, aqui no Maranhão, o projeto da audiência de custódia, que já vem sendo copiado por outros tribunais", disse.

A desembargadora Nelma Sarney, corregedora de Justiça do Maranhão, e também presidente do Colégio de Corregedores de Justiça do Brasil, se despediu, na ocasião, do comando da entidade.

Edilázio também destacou a vitória expressiva do advogado Thiago Diaz, para a eleição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Maranhão, que ocorreu na última sexta-feira. Diaz derrotou a candidata Valéria Lauande, que era apoiada pelo atual presidente, Mário Macieira.

"O doutor Thiago Diaz foi eleito o presidente mais jovem do país. Foi uma eleição dura e que merece o nosso reconhecimento", disse.

O parlamentar também parabenizou Valéria Lauande e reconheceu o trabalho de Mário Macieira à frente da entidade.

"A doutora Valéria, segunda colocada, valorizou muito essa eleição, uma vez que ela é uma advogada reconhecida em todo o estado do Maranhão pelo trabalho desempenhado, pela sua conduta à frente também da Ordem. Também temos de destacar o legado que vai deixar o atual presidente. Esse triênio que ele passou a frente da entidade foi de realizações como a sede da OAB, os eventos festivos, as festas carnavalescas. Foi uma gestão exitosa", reconheceu.

Mais

Edilázio também chamou a atenção para o fato de o governador Flávio Dino (PCdoB), advogado inscrito na Ordem, não ter emitido sequer uma nota de congratulações ao novo presidente da OAB. "Ele é useiro e vezeiro do twitter, poderia desejar boa sorte e parabenizar o novo presidente da OAB. Aí me questiono: se fosse a doutora Valéria Lauande que tivesse ganhado, será que ele não emitira uma nota, não iria para o twitter? Creio que até decretaria ponto facultativo", finalizou.

13 mil audiências marcam 10ª Semana da Conciliação no Maranhão

Serão 13 mil audiências em todo o Maranhão (Foto: Divulgação / TJ-MA)

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu nesta segunda-feira (23) os trabalhos da 10ª Semana Nacional da Conciliação. No Maranhão, serão 13 mil audiências em São Luís (MA) e demais comarcas em todo o Estado.

Os tribunais participam em regime especial para realizar o máximo possível de audiências de conciliação processuais e pré-processuais nas varas judiciais e nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). No Maranhão, atualmente existem 10 Cejuscs.

saiba mais

** Tribunais realizam audiências da 10ª edição da Semana Nacional da Conciliação*

As audiências de conciliação podem ser agendadas por meio de preenchimento de formulário eletrônico na página eletrônica do TJ-MA na internet ou pelo Telejudiciário, 0800-707-1581.

Criada em 2006, a Semana Nacional da Conciliação foi criada para mobilizar tribunais e chamar a atenção da sociedade para as vantagens da chamada 'desjudicialização', já que cerca de 70 milhões de processos encontram-se em tramitação no Brasil. Desde 2006, foram mais de 2,5 milhões de audiências e 1,2 milhões de acordos que somaram R\$ 7,5 bilhões em todo o país.

Começa a 10ª Semana Nacional da Conciliação

Reprodução/Internet|

SÃO LUÍS - Foi aberta nesta segunda-feira (23), em São Luís e nas demais comarcas do Estado, a 10ª Semana Nacional da Conciliação. No Maranhão, cerca de 14 mil audiências devem acontecer durante o evento, que segue normas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para todos os tribunais do país. O evento incentiva a consolidação de uma nova cultura na solução consensual de conflitos.

As audiências estão sendo realizadas em 122 unidades judiciais, entre varas e juizados do Maranhão. Os centros de Conciliação também estão à frente do movimento, promovendo mais de 1.200 sessões entre as empresas parceiras e as partes processuais, no Salão de Conciliação do Fórum de São Luís e no 1º Cejusc (piso térreo do Fórum).

Os tribunais participantes atuarão em regime especial para realizar o máximo possível de audiências de conciliação processuais e pré-processuais nas varas judiciais e nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs).

O CNJ fomenta a semana, mas cada corte atua de forma independente na escolha do formato. Alguns tribunais delimitaram áreas específicas de ação, como direito civil ou de família, enquanto outros elegeram casos possíveis de conciliação ou exigiram inscrições prévias. Também há casos em que as demandas serão atendidas na hora, sem necessidade de registro antecipado.

Histórico

A Semana Nacional da Conciliação foi criada pelo CNJ em 2006 como forma de mobilizar os tribunais e de chamar a atenção da sociedade para as vantagens da desjudicialização, considerado o crescimento exponencial de processos que hoje chegam a 70 milhões em tramitação. Desde o início do projeto, já foram contabilizadas mais de 2,5 milhões de audiências e 1,2 milhões de acordos que somaram R\$ 7,5 bilhões (o valor em dinheiro não considera o ano de 2006).

A semana envolve diversos ramos de Justiça e não fica limitada ao período definido pelo CNJ - alguns tribunais estendem a duração ou realizam esforços concentrados em outras épocas do ano. As semanas também consolidaram a conciliação como prática cotidiana - dados recentes indicam que em 2015 havia mais de 500 centros judiciários de solução de conflitos e de cidadania (Cejuscs) em tribunais de todo o país. A criação desses centros é um dos principais resultados da Resolução CNJ 125/2010, que instituiu a política nacional judiciária de solução de conflitos.

Embora a desjudicialização seja um tema constante na agenda do CNJ desde sua fundação, as formas alternativas de solução de conflitos ganharam atenção especial na atual gestão, uma vez que o tema foi escolhido entre as 12 prioridades do ministro Ricardo Lewandowski (Portaria 16/2015). A conciliação também recebeu tratamento diferenciado no novo Código de Processo Civil, que torna a etapa obrigatória por meio da ação dos Cejuscs.

Mesmo com greve de servidores, TJMA agenda mais de 13 mil audiências para a Semana Nacional de Conciliação

Justiça boa começa em casa! Que o TJMA dê exemplo e se reconcilie com os seus servidores! Paguem nossos 6,3% já! A greve continua!...Justiça boa começa em casa! Que o TJMA dê exemplo e se reconcilie com os seus servidores! Paguem nossos 6,3% já! A greve continua!...

Os tribunais brasileiros, em parceria com o Conselho Nacional da Justiça (CNJ), promovem a partir da próxima semana, no período de 23 e 27 de novembro, a 10ª Semana Nacional da Conciliação. Para o período, o Judiciário do Maranhão agendou o total de 13.193 (treze mil cento e noventa e três) audiências, espalhadas pelas varas e juizados de São Luís e do interior do estado, somando 117 unidades.

Além de cobrar do Desembargador Jamil Gedeon que agende em caráter de urgência a audiência de conciliação entre o SINDJUS-MA e a Presidência do TJMA, os servidores, através do sindicato, também impetraram duas reclamações junto aos Tribunais Superiores, em Brasília - DF, contra o corte arbitrário de ponto dos trabalhadores que aderiram ao movimento grevista pelo pagamento das perdas inflacionárias da categoria. Além de cobrar do Desembargador Jamil Gedeon que agende em caráter de urgência a audiência de conciliação entre o SINDJUS-MA e a Presidência do TJMA, os servidores, através do sindicato, também impetraram duas reclamações junto aos Tribunais Superiores, em Brasília - DF, contra o corte arbitrário de ponto dos trabalhadores que aderiram ao movimento grevista pelo pagamento das perdas inflacionárias da categoria.

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) também vão promover audiências, um total de 1.211 (mil duzentos e onze). No ano passado, no Judiciário do Maranhão, foram programadas 10.726 audiências. Destas, 9.746 ocorreram, alcançando um índice de mais de 90%.

Com a greve dos servidores do TJMA, a Semana Nacional de Conciliação está prejudicada no Maranhão, em face da intransigência da administração Cleonice Freire que não quer garantir um direito constitucional dos servidores: a reposição anual das perdas inflacionárias da categoria, no índice de 6,3%. Com a greve dos servidores do TJMA, a Semana Nacional de Conciliação está prejudicada no Maranhão, em face da intransigência da administração Cleonice Freire que não quer garantir um direito constitucional dos servidores: a reposição anual das perdas inflacionárias da categoria, no índice de 6,3%.

A solenidade de abertura da semana vai ocorrer no Salão de Conciliação do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em São Luís, às nove da manhã. Nessa oportunidade serão apresentadas as estratégias desenvolvidas pelo Comitê Gestor da Semana Nacional de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão para busca de melhor resultados e de modelo de trabalho para aplicação com a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

Os servidores vão boicotar todas as audiências de conciliação marcadas pelo TJMA, enquanto a instituição não se reconciliar primeiro com os próprios membros da categoria. Os servidores vão boicotar todas as audiências de conciliação marcadas pelo TJMA, enquanto a instituição não se reconciliar primeiro com os próprios membros da categoria.

“A conciliação é o caminho mais curto e sensato para que as partes resolvam um conflito. Ano passado, conseguimos um alto índice de realização da pauta. Cada processo que termina em acordo é uma vitória, não

apenas para as partes, mas também para o Judiciário”, destaca Márcia Chaves, juíza coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e integrante do Comitê Gestor da Semana da Conciliação.

Os servidores estarão todos concentrados nesta segunda-feira, 23, no Fórum de São Luis para denunciar a intolerância da administração do TJMA e exigir a realização da audiência de conciliação com os trabalhadores, de modo a se chegar a um entendimento que ponha fim à greve geral e respeite os direitos constitucionais da categoria. Os servidores estarão todos concentrados nesta segunda-feira, 23, no Fórum de São Luis para denunciar a intolerância da administração do TJMA e exigir a realização da audiência de conciliação com os trabalhadores, de modo a se chegar a um entendimento que ponha fim à greve geral e respeite os direitos constitucionais da categoria.

Segundo informou a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a expectativa é que o Maranhão supere os números de conciliações de anos anteriores. “Estamos sensibilizando nosso quadro de pessoal para que possam se organizar com antecedência, atendendo a solicitações dos próprios magistrados. Como o CNJ já havia nos informado a data deste ano, nós antecipamos os trabalhos, a fim de termos maior efetividade na ação”, afirmou.

Os servidores planejam se concentrar nesta segunda-feira, 23, em frente ao Fórum de São Luis para denunciar a atitude incoerente do TJMA de querer promover “conciliação” na sociedade civil, mas se recusar a dialogar com os servidores em greve pelo respeito aos seus direitos constitucionais. Os servidores planejam se concentrar nesta segunda-feira, 23, em frente ao Fórum de São Luis para denunciar a atitude incoerente do TJMA de querer promover “conciliação” na sociedade civil, mas se recusar a dialogar com os servidores em greve pelo respeito aos seus direitos constitucionais.

Entre as unidades do interior que mais agendaram audiências para a semana, destaque para os Juizados Especiais Cíveis de Bacabal (257), Pedreiras (198), e Timon (192), e as comarcas de Cururupu (500), Turiaçu (480), e 1ª Vara de Brejo, que agendou 344 audiências. Em São Luís, destaque para o 11º Juizado Especial Cível (249), 2º Juizado Especial Cível (220), e 3º Juizado Especial Cível, com 193 audiências marcadas. A 15ª Vara Cível de São Luís programou 90 audiências, a 7ª Vara de Família agendou 92 e a 1ª Vara Cível de São Luís marcou 79 audiências para o período.

Justiça boa começa em casa: esta é a mensagem dos servidores do Judiciário maranhense à Presidente Cleonice Freire, que se recusa a dialogar com os trabalhadores em greve pelo respeito aos seus direitos constitucionais. Justiça boa começa em casa: esta é a mensagem dos servidores do Judiciário maranhense à Presidente Cleonice Freire, que se recusa a dialogar com os trabalhadores em greve pelo respeito aos seus direitos constitucionais.

Agora Santa Inês - Maranhão agenda mais de 13 mil audiências para a Semana Nacional de Conciliação

Os tribunais brasileiros, em parceria com o Conselho Nacional da Justiça (CNJ), promovem a partir da próxima semana, no período de 23 e 27 de novembro, a 10ª Semana Nacional da Conciliação. Para o período, o Judiciário do Maranhão agendou o total de 13.193 (treze mil cento e noventa e três) audiências, espalhadas pelas varas e juizados de São Luís e do interior do estado, somando 117 unidades. Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) também vão promover audiências, um total de 1.211 (mil duzentos e onze). No ano passado, no Judiciário do Maranhão, foram programadas 10.726 audiências. Destas, 9.746 ocorreram, alcançando um índice de mais de 90%. A solenidade de abertura da semana vai ocorrer no Salão de Conciliação do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em São Luís, às nove da manhã. Nessa oportunidade serão apresentadas as estratégias desenvolvidas pelo Comitê Gestor da Semana Nacional de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão para busca de melhor resultados e de modelo de trabalho para aplicação com a vigência do Código de Processo Civil de 2015. “A conciliação é o caminho mais curto e sensato para que as partes resolvam um conflito. Ano passado, conseguimos um alto índice de realização da pauta. Cada processo que termina em acordo é uma vitória, não apenas para as partes, mas também para o Judiciário”, destaca Márcia Chaves, juíza coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e integrante do Comitê Gestor da Semana da Conciliação. Segundo informou a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a expectativa é que o Maranhão supere os números de conciliações de anos anteriores. “Estamos sensibilizando nosso quadro de pessoal para que possam se organizar com antecedência, atendendo a solicitações dos próprios magistrados. Como o CNJ já havia nos informado a data deste ano, nós antecipamos os trabalhos, a fim de termos maior efetividade na ação”, afirmou. Entre as unidades do interior que mais agendaram audiências para a semana, destaque para os Juizados Especiais Cíveis de Bacabal (257), Pedreiras (198), e Timon (192), e as comarcas de Cururupu (500), Turiaçu (480), e 1ª Vara de Brejo, que agendou 344 audiências. Em São Luís, destaque para o 11º Juizado Especial Cível (249), 2º Juizado Especial Cível (220), e 3º Juizado Especial Cível, com 193 audiências marcadas. A 15ª Vara Cível de São Luís programou 90 audiências, a 7ª Vara de Família agendou 92 e a 1ª Vara Cível de São Luís marcou 79 audiências para o período. COMITÊ - Um comitê gestor permanente foi criado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para conduzir, acompanhar, preparar e coordenar os trabalhos da 10ª edição da Semana Nacional da Conciliação, que acontecerá no período de 23 a 27 de novembro. O comitê é dirigido pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e coordenado pelos juízes Márcia Chaves (Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais) e Alexandre Abreu (Núcleo de Conciliação). “Os trabalhos de apoio, incentivo e preparação para a semana tiveram início há quatro meses, por meio de reuniões com secretários e assessores judiciais do Fórum de São Luís, além de instituições e empresas parceiras do grupo”, observou Alexandre Abreu. Dentre outras atribuições, compete ao comitê: buscar a cooperação de entidades públicas e privadas com alto índice de litigiosidade (ações judiciais), para que identifiquem aquelas passíveis de conciliação; estabelecer interlocução com a OAB-MA, Defensoria Pública, Procuradorias e Ministério Público, estimulando a participação nas audiências; promover parcerias com instituições de ensino superior, com o objetivo de disponibilizarem estudantes, para devidamente instruídos, auxiliarem nas sessões; incentivar a participação da sociedade no evento, por meio de campanhas, promovidas pelas equipes de Comunicação do TJ e da CGJ. De acordo com a resolução do TJMA, os membros do comitê deverão ser nomeados mediante portaria da Presidência, a ser divulgada anualmente, e cuja vigência será encerrada ao término do ano em que foi editada. Também integrarão o grupo, representantes do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec), da Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, da Coordenação de Sistemas de Informação do TJMA, do Telejudiciário e das Assessorias de Comunicação do TJMA e da Corregedoria. A SEMANA - Criada pelo CNJ para disseminar a cultura da paz e do diálogo, a Semana Nacional é um esforço concentrado da Justiça para resolver o maior número possível de ações judiciais por meio da conciliação. Realizadas desde 2006, as semanas nacionais já resultaram em 1,25 milhão de acordos, superando R\$ 7 bilhões em valores homologados. Quem tiver processos na Justiça e quiser tentar solucionar o conflito por meio de acordo entre as partes deve entrar

em contato com o tribunal de seu estado para saber se já é possível fazer a solicitação da audiência. Praticamente toda disputa tem chance de acordo, entre elas: divórcio, partilha de bens, pensão alimentícia, ações trabalhistas, dívidas em bancos, pendências financeiras, problemas de condomínio ou com empresas de telefonia.

Capacitação de conciliadores e mediadores melhora atendimento no Judiciário

Um dos benefícios proporcionados pela Resolução 125/2010, por meio da qual o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, dispõe sobre a capacitação de quem vai atuar na conciliação e mediação no Poder Judiciário. A norma do CNJ tornou há cinco anos obrigatória a capacitação desses agentes por parte dos tribunais de justiça e de tribunais regionais federais.

Neste ano, a obrigatoriedade foi ratificada por mudanças na legislação brasileira. A Lei da Mediação (Lei 13.140/2015) e o novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) – que entra em vigor em março de 2016 – determinam que o mediador e o conciliador judiciais devem ter capacitação, conforme parâmetro curricular definido pelo CNJ em conjunto com o Ministério da Justiça.

Os cursos podem ser ministrados pelo próprio tribunal ou por instituições parceiras, como universidades. No Paraná, por exemplo, mais de 500 profissionais já foram capacitados pelo Tribunal de Justiça do Estado por meio de convênios com instituições de Ensino Superior e com a Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE). Os cursos são ministrados por instrutores capacitados pelo CNJ. Além da parte teórica, a metodologia dos cursos prevê que os participantes sejam submetidos a estágios.

Para o juiz auxiliar da Presidência do CNJ e um dos colaboradores na criação da Resolução 125, André Gomma de Azevedo, a capacitação imposta pelo ato normativo do CNJ traz ganhos na prestação jurisdicional ao garantir o treinamento constante desses agentes. “A conciliação e mediação devem ser realizadas de forma satisfatória para o jurisdicionado e isso só pode ser obtido com sua prestação por pessoas capacitadas, treinadas e supervisionadas”, avalia Gomma.

O advogado e professor universitário de Brasília Marcus Ulhoa está realizando o curso de mediação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Além de se tornar um mediador judicial, faz o curso por entender que vai auxiliar na formação e de seus alunos. “Desde que foi implantada a Resolução 125, do CNJ, a gente vive um outro momento da Justiça no país. Até a legislação vem sendo aprimorada de lá para cá, como criação da Lei de Mediação e o novo CPC, que traz dispositivos específicos para conciliação e mediação. A Justiça caminha para esse sentido”, prevê o professor que também coordena o Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário do Distrito Federal (UniDF) e levou outros colegas para a realização do curso no TJDFT. “É tão importante que convenci outras quatro colegas professoras a fazer o curso de Mediação. Nele, estamos olhando a mediação sob o ponto de vista de outras ciências, como a Psicologia e até a Matemática. A formação é muito mais ampla”, observa.

O CNJ não ministra cursos para conciliação e mediação, mas possui um corpo de instrutores que atuam como multiplicadores em seus tribunais. No início deste mês, o TJMA recebeu a primeira turma do Curso de Mediação Judicial, ofertado pelo CNJ com conteúdo que trata das mudanças trazidas pelo novo CPC. As aulas foram ministradas por instrutores do TJDFT em parceria com o CNJ.

Parâmetros – Em junho deste ano, o presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, editou uma Portaria (Portaria 64/2015) instituindo um grupo de trabalho para debater os parâmetros curriculares em Mediação de que trata o art. 167 do novo CPC. O resultado do trabalho foi apresentado ao presidente do Conselho em outubro último pelo presidente do GT, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Marco Aurélio Buzzi. A atualização de conteúdos programáticos de cursos de mediação judicial, mediação de família e conciliação já vinha sendo discutida pela Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ com diversas entidades que atuam na área.

Os novos parâmetros preveem um curso de capacitação com uma etapa teórica e outra prática. O módulo teórico deverá ter 40 horas/aula e abordar temas considerados fundamentais para quaisquer capacitações em mediação judicial ou conciliação. Já a módulo prático consiste em um estágio supervisionado de, no mínimo, 60 horas de atendimento de casos reais, nos quais o aluno deverá aplicar o conhecimento teórico. Esse estágio deverá ser acompanhado por um supervisor sendo permitido, a critério do coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos (Nupemec), estágio supervisionado. Com a definição dos novos parâmetros curriculares, alguns cursos de mediação judicial existentes poderão precisar adequar o seu conteúdo às novas diretrizes.

O Grupo também contou com a colaboração de membros do CNJ, outros ministros do STJ, ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), representantes do Ministério da Justiça e do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), além do professor Kazuo Watanabe e da jurista Ada Pellegrini Grinover.

O resultado dos debates do grupo de trabalho pode ser acessado aqui.

Waleiska Fernandes
Agência CNJ de Notícias

Maranhão dá curso a distância a juízes sobre audiência de custódia

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) iniciou, neste mês, o Curso de Audiência de Custódia na modalidade Educação a Distância (EaD), credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aprimoramento de Magistrados (Enfam). A capacitação surgiu a partir da demanda pela capacitação na modalidade presencial, além da necessidade de atualizar juízes sobre a recomendação do CNJ para a adoção de audiência de custódia.

Os 30 juízes inscritos são acompanhados pela tutora, juíza Kariny Pereira Reis, e pelo professor, juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento, até 13 de dezembro. Estão entre os tópicos abordados o princípio da dignidade da pessoa humana e a Constituição Federal de 1988; além das garantias da prisão na Convenção Americana de Direitos Humanos: da natureza autoaplicável da norma do artigo 75 da Convenção e da consequência da inobservância do direito do preso ser levado, sem demora, à presença do juiz.

A metodologia inclui vídeos de aulas expositivas com os professores Gustavo Baldaró e Cleopas Isaías Santos, e o juiz Jayme Garcia dos Santos Júnior, além de depoimentos de magistrados, material bibliográfico de apoio, fórum de discussões e atividades avaliativas. Nos módulos, são obrigatórias a realização de todas as atividades e a participação nos fóruns nos prazos estipulados.

Programa - O curso, com carga horária de 40 horas, está dividido em quatro módulos: “Audiência de custódia como forma de elevação do princípio da dignidade da pessoa humana”; “Audiência de custódia e o ordenamento jurídico brasileiro”; “Aspectos práticos da audiência de custódia”; e “Estudo de Caso”.

Fonte: TJMA

Foz do Iguaçu passa a contar com Audiência de Custódia

Depois de Curitiba, Londrina, Cascavel e Maringá, aconteceu na tarde de sexta-feira (20/11) o lançamento do projeto Audiência de Custódia em Foz do Iguaçu. A partir de agora, toda pessoa detida em flagrante na cidade tem direito a uma audiência de custódia com um Juiz em 24 horas.

O projeto foi implantado em Foz do Iguaçu pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos. A solenidade aconteceu no Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca. A instalação do projeto faz parte de uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Audiência de Custódia -

O projeto Audiência de Custódia, lançado em Foz do Iguaçu, tem como objetivo fomentar e viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados presos em flagrante delito à autoridade judiciária, no prazo máximo de 24 horas após sua prisão.

Para isto, conta com o apoio do efetivo funcionamento de centrais integradas de alternativas penais, centrais de monitoração eletrônica e serviços correlatos com enfoque restaurativo e social, aptos, em suma, a oferecer opções concretas e factíveis ao encarceramento provisório de pessoas.

O Tribunal de Justiça do Paraná assinou o termo de adesão ao projeto no dia 31 de julho de 2015, quando o Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, esteve no Tribunal de Justiça em Curitiba, para o lançamento.

Na solenidade em Foz, estavam presentes, entre outras autoridades, o Prefeito Municipal, Reni Clóvis de Souza Pereira; o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Fernando Henrique Triches Duso; o Juiz Diretor da Comarca de Foz do Iguaçu, Marcos Antonio Frason; o Presidente da OAB de Foz do Iguaçu, Valter Cândido Domingos, e o representante do Ministério Público de Foz, Marcelo Camargo de Almeida.

Selo Enasp

Antes do lançamento do projeto Audiência de Custódia, Vasconcelos entregou o Prêmio Enasp 2014, Selo Bronze, concedido pelo CNJ à 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu. Quem recebeu a premiação foi a Juíza de Direito Danusa Zorzi Andrade, titular da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu. O prêmio Enasp é um reconhecimento ao comprometimento com as estratégias nacionais de Justiça quanto aos crimes dolosos contra a vida.

Houve um reconhecimento público do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) à eficiência demonstrada por cinco Tribunais de Justiça, entre eles o do Paraná, no julgamento de crimes dolosos (cometidos com intenção) contra a vida, que aguardavam decisão havia pelo menos cinco anos.

Além do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), tiveram destaque as cortes de São Paulo (TJSP), Maranhão (TJMA), Piauí (TJPI) e Goiás (TJGO), por serem as que receberam a maioria dos Selos. De 131 Selos Enasp

enviados aos presidentes de 17 tribunais de todo o país, 94 foram endereçados a estas cinco cortes.

A premiação criada pelos órgãos integrantes do Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) visa aumentar o número de crimes antigos - sobretudo homicídios - levados a júri popular.

A proposta do Selo é também a de reconhecer o esforço de magistrados e servidores das unidades judiciárias que cumpriram os objetivos das metas de persecução penal da Enasp, tanto em relação a ações em tramitação quanto a processos suspensos.

Maranhão dá curso a distância para juízes sobre audiência de custódia

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) iniciou, neste mês, o Curso de Audiência de Custódia na modalidade Educação a Distância (EaD), credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aprimoramento de Magistrados (Enfam). A capacitação surgiu a partir da demanda pela capacitação na modalidade presencial, além da necessidade de atualizar juízes sobre a recomendação do CNJ para a adoção de audiência de custódia. Os 30 juízes inscritos são acompanhados pela tutora, juíza Kariny Pereira Reis, e pelo professor, juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento, até 13 de dezembro. Estão entre os tópicos abordados o princípio da dignidade da pessoa humana e a Constituição Federal de 1988; além das garantias da prisão na Convenção Americana de Direitos Humanos: da natureza autoaplicável da norma do artigo 75 da Convenção e da consequência da inobservância do direito do preso ser levado, sem demora, à presença do juiz.

A metodologia inclui vídeos de aulas expositivas com os professores Gustavo Baldaró e Cleopas Isaías Santos, e o juiz Jayme Garcia dos Santos Júnior, além de depoimentos de magistrados, material bibliográfico de apoio, fórum de discussões e atividades avaliativas. Nos módulos, são obrigatórias a realização de todas as atividades e a participação nos fóruns nos prazos estipulados.

Programa - O curso, com carga horária de 40 horas, está dividido em quatro módulos: "Audiência de custódia como forma de elevação do princípio da dignidade da pessoa humana"; "Audiência de custódia e o ordenamento jurídico brasileiro"; "Aspectos práticos da audiência de custódia"; e "Estudo de Caso".

Caso Décio Sá: assassino tem pena aumentada

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) divulgou nessa quarta-feira (18) decisão em sessão extraordinária que aumenta a pena de Jhonathan de Sousa Silva, assassino confesso do jornalista maranhense Décio Sá.

Jhonathan havia sido condenado, em fevereiro de 2014, a 25 anos e três meses de reclusão e teve a condenação elevada para 27 anos e 5 meses em regime inicialmente fechado.

A medida responde a apelação criminal oferecida pela defesa do acusado, solicitando a reforma da decisão da 1ª Vara do Tribunal do Júri, sob alegação de que a pena havia sido fixada de "forma exacerbada e fora dos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade".

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) argumentou que o pedido de redução não se sustenta e defendeu o agravamento da pena diante da existência de qualificadoras previstas no artigo 121 do Código Penal.

O desembargador relator, José Luiz Almeida, chegou ao aumento da pena após avaliar agravantes que não haviam sido consideradas na decisão de primeira instância e reanalisar as circunstâncias judiciais, circunstância atenuante, no caso, a confissão espontânea, e mais duas agravantes.

Julgamento anulado - Na mesma sessão, foi anulado o julgamento de Marcos Bruno Silva de Oliveira, condenado a 18 anos e três meses de reclusão por garantir transporte e fuga do assassino Jhonathan de Sousa Silva. Agora, ele será submetido a novo Tribunal do Júri Popular.

O relator acolheu o pedido de nulidade da defesa, que argumentou que "a mídia em DVD não tinha qualidade e impediu a reapreciação dos depoimentos das testemunhas arroladas pelo Ministério Público".

O magistrado afirmou a inaudibilidade da mídia, na qual constam registros de depoimentos de testemunhas coletados durante a fase de instrução do processo.

"Estão, de fato, defeituosos, com uma colossal quantidade de trechos ininteligíveis, muitos deles com perguntas e respostas incompletas e, em outros, com frases inteiramente comprometidas", observou Almeida.

Sem provas - Sobre a participação de Shirliano Graciano de Oliveira, o Balão, acusado pela Polícia Civil de "formação de quadrilha" ao auxiliar o assassino, o magistrado considerou que não há, nos autos, indícios mínimos de participação dele na ação.

"A partir da individualização da participação do recorrente na empreitada criminosa, torna-se impossível definir como ocorreu o auxílio prestado supostamente ao executor do homicídio", conclui Almeida.

Outros acusados - Ainda não foram a julgamento os acusados José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, acusado de intermediar a contratação do pistoleiro (preso); os policiais Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros (em liberdade), acusados de participar de reuniões para tratar do assassinato de Décio Sá e do empresário Fábio Brasil; Elker Farias Veloso, acusado de auxiliar o assassino e a quadrilha tanto no assassinato de Décio Sá quanto no de Fábio Brasil (preso); o capitão da PM, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita (em liberdade), acusado de fornecer a arma do crime; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o Bochecha (em liberdade), acusado de hospedar o assassino após o crime; e os empresários José de Alencar Miranda Carvalho e Gláucio Alencar Pontes Carvalho, pai e filho acusados de mandar matar Décio Sá. Ainda não há previsão de

quem será o próximo a ir a julgamento.